

Dimensões da competência informacional (2)*

Elizete Vieira Vitorino

Professora doutora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC - Brasil
E-mail: elizete@cin.ufsc.br

Daniela Piantola

Mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo. São Paulo, SP - Brasil
E-mail: danipiantola@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é desenvolver reflexões acerca das dimensões da competência informacional, com foco em aspectos educacionais e filosóficos, procurando mostrar alguns desdobramentos que agora se apresentam como uma questão essencial: sob quais dimensões reveste-se a competência informacional que a tornam um tema imprescindível aos fundamentos da ciência da informação? Investigam-se as dimensões técnica, estética, ética e política a partir do marco teórico de Rios (2006) e com base em pesquisas já iniciadas e publicadas. A dimensão técnica está relacionada às habilidades e aos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita, enquanto a dimensão estética deriva da subjetividade implícita na recepção e transmissão dos conteúdos informacionais, já que toda ação comporta um conteúdo pessoal, uma maneira específica de expressão, a qual se configura como uma forma estética. Porque a produção, a disseminação e o uso da informação estão intimamente ligados ao envolvimento de indivíduos em uma comunidade, esses processos assumem invariavelmente um caráter ético e político. Sendo ética, a atividade política tem uma função pedagógica, a de transformação dos homens em cidadãos. Na medida

* Este é o segundo de uma série de quatro artigos que pretendemos publicar sobre o resultado das buscas realizadas quanto à noção de competência informacional. Nas páginas iniciais deste artigo, são elucidadas quatro categorias, as quais têm o propósito de construir uma orientação teórico-conceitual, necessária à realidade brasileira e fundamental à concretização de práticas vinculadas a essa noção, tanto para a formação inicial de alunos (ensino fundamental, médio e superior) como para a formação continuada de profissionais da informação, em especial, bibliotecários.

** Recebeu apoio do Edital MCT/CNPq 03/2008 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, processo n. 400590/2008-5.

em que a cidadania não se constrói apenas a partir do acesso material aos conteúdos informacionais, devendo compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados nos âmbitos individual e coletivo, a identificação e análise dessas quatro dimensões da competência informacional permite clarificar aspectos complexos da informação e da competência.

Palavras-chave

Competência. Dimensões da competência. Informação. Competência informacional. Profissionais da informação.

Dimensions of Information Literacy (2)

Abstract

This article aims to develop reflections on the dimensions of information literacy, with focus on educational and philosophical aspects, trying to show some developments that now present themselves as a key issue: which dimensions make information literacy an essential issue to the foundations of information science? Technical, aesthetic, ethic and political dimensions are analyzed from Rios' (2006) theoretical framework, as well as from the research already started and published. The technical dimension is related to the skills and tools to find, evaluate and appropriately use the information that is needed, while the aesthetic dimension derives from the subjectivity implicit in the reception and transmission of informational content, since every action carries a personal content, a specific way of expression, which is configured as an aesthetic form. Because the production, dissemination and use of information are closely linked to the involvement of individuals in a community, these processes invariably assume an ethical and political aspect. Being ethical, the political activity has an educational function: the transformation of men into citizens. Therefore, as citizenship is not built only from the material access to informational content, also including the ability to interpret reality and construct meaning, the identification and analysis of these four dimensions of information literacy allows clarifying complex aspects of Information and Competence.

Keywords

Competence. Dimensions of competence. Information. Information literacy. Information professionals.

INTRODUÇÃO

A maneira habitual de se criarem teorias científicas sobre temas atuais, controversos ou em estágio inicial de evolução é o desenvolvimento e a verificação de hipóteses. Nas ciências sociais aplicadas, como no caso da ciência da informação, pode-se buscar a construção de novas teorias, em oposição a um conhecimento certo (por exemplo: significado, características, dimensões e aplicações da competência informacional) por intermédio de leituras, estudos e pesquisas e da opinião de cientistas sobre uma questão controversa. A teoria é, sob esse olhar, uma construção especulativa do espírito, que liga consequências a princípios e que é objeto de um conhecimento desinteressado, independentemente das suas aplicações práticas.

O foco deste trabalho – embora venha a gerar noutros momentos resultados práticos em distintas situações – constitui-se em desenvolver reflexões sobre as dimensões da competência informacional, a partir de subsídios educacionais e filosóficos, procurando mostrar alguns desdobramentos que agora se apresentam como uma questão essencial: sob quais dimensões reveste-se a competência informacional que a tornam um tema imprescindível aos fundamentos da ciência da informação?

Investigam-se, neste trabalho, as dimensões técnica, estética, ética e política da competência informacional, a partir do marco teórico de Rios (2006) e também de pesquisas já publicadas (VITORINO; PIANTOLA, 2009; 2010). Para o leitor iniciante ou aquele que só teve contato com o segundo artigo desta série, é importante esclarecer que a pesquisa realizada para este fim privilegiou artigos em línguas inglesa e espanhola publicados entre os anos de 1996 e 2008¹, direcionados ao estudo da competência informacional e indexados nas bases de dados Library and Information Science Abstracts (LISA), H.W.Wilson, Scopus e Web of Science, incluídos no Portal de Periódicos Capes.

Para as buscas, optou-se por utilizar os termos usuais referentes ao assunto, tais como *information literacy*, *information skills*, *information literate*, *information competence*, *lifelong learning*, *alfabetización informacional*, *alfabetización en información*, constantes nos títulos, resumos ou nas palavras-chaves dos artigos. Fruto da análise do material encontrado no primeiro momento da pesquisa, delinearam-se quatro categorias básicas de estudo de interesse à nossa pesquisa: primeira, “definições da competência informacional, histórico e revisões de literatura” (VITORINO; PIANTOLA, 2009); segunda, “competência informacional relacionada à educação e à Filosofia – com foco nas dimensões da competência – técnica, estética, ética e política”; terceira, “competência informacional relacionada a bibliotecas e ao profissional bibliotecário”; e, quarta, “práticas e modelos para o desenvolvimento da competência informacional”. Neste trabalho, apresentam-se os resultados obtidos quanto à segunda categoria. O terceiro artigo está em andamento, fruto de pesquisa de campo, e o quarto artigo está em desenvolvimento como tema de um trabalho de conclusão de curso (TCC), no Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O DESPERTAR DA INFORMAÇÃO – ELEMENTOS PARA COMPREENDER AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Embora remonte à Antiguidade, a noção de informação assumiu na contemporaneidade importância e significado singulares, gerando novas questões e novos debates relativos ao seu conceito, natureza, organização e implicações, diretas ou indiretas, para os indivíduos e para a sociedade, imprimido-lhe, desse modo, autonomia como objeto de reflexão. Com efeito, o crescimento exponencial da produção de dados, aliado ao desenvolvimento de sofisticadas tecnologias destinadas ao seu armazenamento e disseminação, alterou de forma

¹ Conforme pesquisa bibliográfica realizada para os fins da pesquisa.

significativa o papel exercido pela informação, que passou necessariamente a assumir o caráter de transitoriedade, fragmentação e parcialidade, característico do nosso tempo. No âmbito das práticas sociais, essas transformações² implicam uma necessidade constante de aprendizado e, conseqüentemente, uma demanda ininterrupta por conteúdos informacionais das mais variadas naturezas. Portanto, podemos dizer que o acesso a esse grande volume de dados apenas se constituirá como benefício – a informação – quando seus usuários os utilizarem para resolver ou minimizar questões informacionais. Do contrário, o mesmo usuário será um “produto” de quaisquer esferas, manipulado e sujeito às “ilusões” da sociedade, limitações estas à cidadania (DEMO, 1988).

Cardoso (1996) identifica dois aspectos intrinsecamente conectados da informação: um aspecto pessoal, ligado às experiências que acumulamos ao longo da vida, e um aspecto coletivo, que se refere a sistematizações e interpretações de fragmentos do conhecimento socialmente disponibilizado produzido através da história da humanidade. Considerando que a existência da informação demanda sua transmissão ou compartilhamento, constituindo-se como uma prática eminentemente intersubjetiva, pode-se dizer que ela reflete e modela a percepção e as atitudes dos indivíduos e dos contextos culturais em que se inserem. Desse modo, a informação nunca é neutra, pois encerra sempre componentes pessoais, sociais, culturais e/ou ideológicos, os quais precisam ser adequadamente identificados e interpretados, a fim de que a partir dela se possam produzir conhecimento e benefícios aos indivíduos e à sociedade.

² Admite-se que o homem é um ser social e que a sociedade está em constante transformação. Embora essas mudanças ocorram muito rapidamente, talvez de uma geração para a outra, é possível registrar-se historicamente grandes mudanças sociais que marcaram época. Os períodos de transformações mais marcantes estão relacionados com as grandes descobertas ou com as revoluções nos paradigmas vigentes (TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, 2010).

A informação é elemento constituinte da cultura de um grupo, é, em sua essência, condição de permanência e instrumento de mudança. Por isso, o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático. Assume-se, porém, que a cidadania não se constrói apenas a partir do acesso material à informação, mas deve compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos.

Desse contexto decorre o conceito de competência informacional, que tem sido empregado mediante diversos enfoques. Se é consenso que o indivíduo competente informacional é aquele capaz de encontrar, avaliar e usar a informação eficazmente na solução de problemas e na tomada de decisão, conforme a já célebre definição da American Library Association (2000), em contrapartida, essa noção mostra-se limitada ao considerarmos que a própria informação comporta diversos níveis de significado e de implicação pessoal e coletiva. Como afirma Bawden (2001, p. 251),

para lidar com as complexidades do atual ambiente informacional, é necessária uma forma complexa e ampla de competência. Ela deve abranger todas as competências baseadas em habilidades, mas não pode se restringir a elas nem a qualquer tecnologia em particular ou conjunto de tecnologias. Compreensão, significado e contexto devem lhe ser centrais.

Ora, se como quer Cardoso (1996), a informação encerra uma dimensão pessoal e uma dimensão coletiva, podemos dizer que ser competente informacional também implicaria possuir habilidades individuais considerando ao mesmo tempo o âmbito da coletividade e das relações sociais. Rios (2006) e Belluzzo (2005) também concordam com a existência da dimensão coletiva na competência informacional – uma espécie de sintonia entre o individual e o coletivo.

Sob essa ótica, podemos identificar quatro dimensões na competência informacional, que se

complementam mutuamente: dimensão técnica, dimensão estética, dimensão ética e dimensão política. Todas devem estar presentes em harmonia tanto na competência quanto na informação, pois juntas e em equilíbrio tendem a favorecer o desenvolvimento da competência informacional. Essas dimensões foram apreciadas em Rios (2006) e se fizeram como luzes, clarificando a complexidade da informação e da competência. São essas as dimensões sobre as quais nos deteremos nos itens seguintes a fim de propor uma teorização – ao menos inicial e, com certeza, provisória – à competência informacional de forma a edificá-la no contexto da ciência da informação, como campo de estudo e de criação de linhas de pesquisa em cursos de pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado.

DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Uma dimensão é aqui compreendida como uma face, uma parte de um todo que não se mantém sozinha ou sobrevive sem a outra face ou as outras partes – as outras dimensões. É uma espécie de “retalho” de um *patchwork* complexo e colorido, onde partes se unem para um propósito, uma finalidade: a competência informacional.

Dimensão técnica

Nesta dimensão, o termo técnica pode ser definido como uma habilidade ou forma requerida para a realização de determinada ação ou para a execução de um ofício. Para Aristóteles, a técnica tem por finalidade a transformação do mundo da natureza em um mundo para o homem e a sua finalidade se realiza na consecução de determinado produto, configurando-se como um movimento que tende a um objeto externo à própria ação (CARONE, 2001, p. 129). Tanto é assim que Lesgards (1996) afirma: “o pensamento técnico consiste em elaborar problemas que é preciso resolver em seguida graças a uma perícia que [...] traz necessariamente uma solução ótima”. A ideia de técnica refere-se, portanto, a uma

atividade eminentemente prática, de caráter objetivo, que se revela na própria ação cotidiana.

A maioria das definições de competência informacional que podemos encontrar na literatura pesquisada fundamenta-se na dimensão técnica, já que tendem a relacioná-la à aquisição das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita. Por exemplo, Eisenberg (2008) assegura que a competência informacional consiste numa “série de habilidades e conhecimentos que nos permitem encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos, assim como filtrar a informação de que não necessitamos”. Segundo ele, as habilidades inerentes a esta noção ajudam, com sucesso, a navegar nos contextos presente e futuro da informação.

Essa definição, baseada naquela proposta pela American Library Association (ALA) em 1989, comporta os princípios técnicos da competência informacional, amplamente compartilhados e difundidos. Ela descreve claramente o processo de pesquisa baseada na busca e no uso de informações empíricas e está, muitas vezes, ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias. Em um já clássico artigo sobre o assunto, Bawden (2001) demonstra como muitos autores empregam os termos *information literacy* e *digital literacy* com o mesmo significado.

A ênfase sobre a técnica explica-se pelo fato de ela constituir a dimensão mais evidente da competência informacional, na medida em que é o meio de ação do indivíduo no contexto da informação. Uma análise mais detalhada, contudo, revela que essas ações não devem existir por si mesmas, mas sim derivar de determinadas motivações e contextos particulares, gerando uma série de consequências éticas e sociopolíticas. De fato, referindo-se à prática pedagógica, Rios (2002, p. 94) lembra que o significado da técnica quando desvinculado das outras dimensões é empobrecido, criando uma

visão tecnicista que ignora sua inserção no contexto político e social e lhe confere um caráter impróprio de neutralidade. Nesse sentido, a observação de Lesgards (1996, p.10) sobre o assunto pode ser iluminadora:

O pensamento engenhoso, industrioso, eficaz, move-se em espaços fechados, no interior de territórios bem desenhados, protegidos por sólidas muralhas [...], em cujo abrigo é proibido enganar-se. Esse é o domínio restrito da razão instrumentalizada; aquela que esqueceu que é de sua natureza sempre questionar a si mesma, sempre pesar o próprio procedimento, aguçá-lo o espírito crítico, correr o risco do erro.

Entendemos, portanto, que a natureza da relação do homem com a técnica na modernidade impõe uma reflexão mais profunda sobre seu sentido, já que a ação técnica (seja no âmbito da informação, seja no das novas tecnologias) tem origem e importantes implicações nos contextos humano e cultural.

Nessa linha de pensamento, Norgaard (2003, p. 125) aponta que há um engano frequente nos estudos sobre competência informacional: a ideia de ser esta uma habilidade neutra, ligada às tecnologias, meramente funcional ou performativa. De fato, a competência informacional necessita dessas habilidades técnicas, mas necessita das dimensões estética, ética e política para concretizar-se nos contextos pessoal e coletivo da informação.

Dimensão estética

Originado do grego *aisthesis*, que significa “percepção”, “sensação”, o termo *estética* é geralmente relacionado ao estudo filosófico da arte, à “ciência do belo”. De fato, a arte ordena e expressa simbolicamente uma dimensão da vida, relativa aos sentimentos e às percepções pessoais, que não pode ser explicitamente formulada pelos produtos da razão. Por meio da sensibilidade e da criatividade demandadas pela arte, o homem sempre buscou atingir ideais de harmonia e beleza essenciais ao bem viver. Para os adeptos da arte pela arte, por exemplo, a beleza não é uma propriedade imanente

às coisas, e sim o resultado da atividade do homem transformado em artista.

Sensibilidade, criatividade, intuição, harmonia e beleza, contudo, não são elementos restritos ao âmbito da arte. A experiência estética está presente em todos os aspectos da vida humana, constituindo-se como fator fundamental na construção da subjetividade e determinante do próprio caráter do homem. Conforme observa Rios (2002, p. 94), “a estética é, na verdade, uma dimensão da existência, do agir humano” e, como tal, tem papel preponderante na ordem da coletividade e em seu comprometimento com o bem-estar social.

O coletivo social parte de um instrumental básico para entender a harmonia e a beleza e compenetrar-se com o bem viver. Por isso, quando se fala de estética não se faz referência exclusivamente à obra produto de uma mente privilegiada, aquela do artista, mas sim do conceito de bem viver desenvolvido cotidianamente, em que o referente harmonia assume um papel central na percepção social. (PORTILLO, 2007)

Sob esse ponto de vista, a estética liga-se diretamente à política e à ética na busca da harmonia e da boa convivência em sociedade e no contexto coletivo, pois se constitui num movimento em direção à ordenação sensível do todo social. Na medida em que pode ser entendida como criatividade sensível, a estética amplia o horizonte compreensivo e interpretativo do social, determinando uma simetria entre as dimensões abstrata e sensível, como suporte a uma experiência integral da qualidade de vida, em que a imaginação, a intuição e o conceito são os elos que unem a coletividade (PORTILLO, 2007).

Dito isso, pode-se afirmar que a própria informação comporta uma dimensão estética, pois transmite-se aos indivíduos tanto a partir de referenciais do mundo exterior, com base em dados empíricos, verificáveis, objetivos, quanto do interior, por meio da intuição, da sensibilidade, da imaginação e da reflexão pessoal. Nesse sentido, ao dizermos que existe uma dimensão estética na competência informacional, referimo-nos à experiência interior, individual e única do sujeito

ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo. Ao imaginarmos ou criarmos relações mentais em resposta a uma informação, trazemos à consciência algo de nós mesmos, algo do fundo de nossa vida psíquica, imprimindo-lhe características pessoais, não verificáveis nem necessariamente compartilhadas pelos demais indivíduos em sociedade.

Não por acaso, Ward (2006, p. 398) questiona se é possível sermos competentes em informação se possuímos a habilidade técnica para encontrar e avaliar a informação, mas não a capacidade humana para experimentá-la e valorizá-la. O conhecimento só pode ser construído se a informação que recebemos tiver valor e significado no contexto do repertório de vivências e conhecimentos que carregamos, permitindo nova interpretação da realidade. Identificar uma dimensão estética na competência informacional significa, então, afirmar a subjetividade implícita na recepção e na transmissão dos conteúdos informacionais, na medida em que toda ação traz em seu bojo um conteúdo pessoal, uma maneira específica de expressão, a qual se configura como uma forma estética. Hegel (1991, p. 225), filósofo entusiasta dos ideais de liberdade e dignidade do homem, que viveu entre 1770-1831, referindo-se à estética, afirmava que “a obra de arte, como produto do espírito, exige uma atividade subjetiva criadora que faz dela um objeto de intuição para os outros e um apelo à sensibilidade alheia”. Para ele, é a imaginação que constitui essa atividade subjetiva criadora, a qual se revela num dom e num sentido que permitem apreender as formas da realidade e no espírito gravar as variadas imagens multiformes da realidade existente, alargando o círculo das intuições e exteriormente manifestando-se.

Nesse sentido, Crow (2007) declara que a motivação pessoal é a base da competência informacional, o fundamento para todo o desejo de aprender e utilizar a informação de maneira independente e criativa. Essa motivação constitui-se precisamente a partir do sentimento, da percepção estética do indivíduo

diante da informação. Novamente, percebe-se que a estética não se limita à simples apreensão da realidade exterior e interior, mas diz respeito também à racionalidade e à força da reflexão, sem as quais o homem não adquire consciência do que se passa em si. Isso significa que à estética é necessário que o assunto que a motiva seja longamente meditado, considerado em todas as suas partes e examinado em todos os aspectos: sem reflexão, sem escolha, sem comparações, o indivíduo torna-se incapaz de dominar o conteúdo que pretende tratar – “nunca ele poderá dispensar a concentração da alma” (HEGEL, 1991, p. 227),

Ward (2006) observa ainda que nem mesmo o pensamento crítico é suficiente como estratégia para navegar no universo da informação, pois ser competente informacional requer mais do que a habilidade de trabalhar analiticamente com a informação. Também demanda que saibamos como lidar com a informação de forma mais criativa e significativa. O ato criador abrange a capacidade de compreender e esta, por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar. O criar só pode ser visto, então, num sentido global, como um agir integrado em um viver humano. De fato, criar e viver se interligam. A criatividade é, assim, um potencial inerente ao homem, e a realização desse potencial, uma de suas necessidades. Trata-se de poder dar forma a algo novo, de novas coerências que se estabelecem para a mente humana, fenômenos relacionados de modo novo e compreendidos igualmente em termos novos (OSTROWER, 2008).

O aperfeiçoamento da imaginação e do autoconhecimento, assim como a busca da harmonia e da beleza no contexto da coletividade, seriam, portanto, tão importantes para o desenvolvimento da competência informacional quanto o pensamento crítico. Ambos os lados se complementam e estão inextricavelmente ligados.

De fato, são vários os pesquisadores que apontam o desenvolvimento do potencial criador, ao qual a sensibilidade estética está diretamente relacionada,

como um fator determinante para a competência informacional. Com base nas teorias educacionais de Paulo Freire, Jacobs (2008, p.261) afirma, por exemplo, que a educação para a competência informacional fundamenta-se na criatividade e estimula a verdadeira reflexão e a ação sobre a realidade, respondendo assim à vocação das pessoas enquanto seres que são autênticos apenas quando engajados em questionamentos e na transformação criativa.

No âmbito da atuação profissional bibliotecária, Ward (2006, p. 402) argumenta que ensinar o usuário a identificar a informação pessoalmente significativa e os processos informacionais não analíticos vincula-se essencialmente à criação de um espaço em que a vida interior possa ser cultivada, onde a criatividade possa emergir, o que incluiria estimular a exploração do significado de determinado tema, bem como a experiência estética e a identificação pessoal. Como observa Portillo (2007), ao integrar a razão instrumental à razão sensível, “o dever ser é substituído pelo compreender e pelo interpretar”. Graças a essa sensibilidade que anima a totalidade, a competência informacional desenvolve-se em si e no outro, constituindo-se no fim último da informação: o conhecimento. Porém, à dimensão estética, como igualmente à dimensão técnica da competência informacional, agrega-se outra – a dimensão ética – fundante (RIOS, 2006) e imersa nas demais dimensões, pois cada uma delas carrega por si só um princípio ético.

Dimensão ética

Aristóteles foi o primeiro filósofo a abordar a ética como uma disciplina específica, considerando-a de fundamental importância para a constituição da *polis*. Para ele, enquanto a política visava assegurar uma convivência justa entre os cidadãos por meio da proposição e do cumprimento de leis, à ética cabia a função de, mediante a educação, transformar os bons costumes em hábitos (*ethos*), de modo a predispor os indivíduos às práticas virtuosas necessárias à vida em sociedade (LASTÓRIA; COSTA; PUCCI, 2001). Assim, a ética não se refere apenas ao bem ou mal do

indivíduo, mas também à sua relação com o bem e os objetivos da coletividade. A ética, portanto, existe sempre em função de ações capazes de propiciar o bem viver dentro do contexto social.

A noção de ética, segundo Souza (2002, p.16), tem sido usada de modo ambíguo, com dois significados: o primeiro “significa um conjunto de princípios que rege ou orienta a ação das pessoas e das sociedades na busca do equilíbrio desta ação”; o segundo, geralmente o mais utilizado, “toma a ética como o conjunto de normas que determinam a conduta das pessoas ou o funcionamento das instituições.” Mas para o autor, indiscutivelmente o primeiro enfoque dá conta de subjetividade, transformada em princípios de existência individual ou de existência de um grupo ou sociedade, os quais produzem o segundo enfoque, ou seja, a formulação de normas ou regras que expressam a forma de realização das ações.

A ética distingue-se da moral na medida em que esta se constitui a partir de um conjunto de regras e prescrições relacionados a interesses específicos de uma sociedade ou de uma determinada organização. A ética, entretanto, “se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem” (RIOS, 1999, p. 23). Nesse sentido, a ética pressupõe um juízo crítico e relaciona-se, portanto, diretamente à noção de autonomia, na medida em que o indivíduo ético decide por si mesmo suas ações após ponderar sobre suas possíveis consequências não apenas no âmbito pessoal, mas principalmente coletivo. Uma postura ética é, portanto, imprescindível quando atuamos na esfera sociopolítica, pois exige levar em conta, a todo momento, as consequências previstas de uma ação política.

Esse caráter crítico atribuído à ética está no cerne da ideia de competência informacional, já que o indivíduo que é efetivamente competente em informação é capaz de tomar posição, assumir uma postura crítica diante de determinadas informações, o que requer, na maioria das vezes, um julgamento de valor.

Praticar o comportamento ético em relação à informação significa ainda utilizá-la de modo responsável, sob a perspectiva da realização do bem comum. Com efeito, as mais recentes reflexões sobre competência informacional referem-se ao componente ético relativo à apropriação e ao uso da informação, o que inclui questões atuais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.

Johnston e Webber (2006, p. 113) apontam a competência informacional como uma disciplina de fundamental relevância na sociedade da informação e a definem como “a adoção de um comportamento informacional apropriado para identificar, mediante qualquer canal ou meio, informação adequada às necessidades, levando ao uso correto e ético da informação na sociedade”.

Na Austrália, onde as iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da competência informacional para a cidadania vêm despertando o interesse de muitos pesquisadores, o Council of Australian University Librarian (2001) adaptou o conceito elaborado pela ALA, de modo a enfatizar o sentido ético da criação e do uso dos conteúdos informacionais. Segundo o documento elaborado pela instituição, indivíduos competentes informacionais possuem “a habilidade de definir, localizar, acessar, avaliar e usar a informação de forma ética e socialmente responsável como parte de uma estratégia de aprendizado ao longo da vida”. Nessa mesma linha de pensamento, Singh (2008, p.15) entende que pessoas competentes em informação devem aprender “a conhecer, a fazer, a estar e a trabalhar juntas. Devem ser capazes de construir sentido, assegurar a qualidade, aprender de forma independente, pensar criticamente e usar a informação de maneira ética e estratégica”.

Esse posicionamento de ser e de estar entre iguais exige a formulação de princípios que resguardam a individualidade e sua integridade no coletivo, assegurando que em sua ação individual o sujeito não provoque ao seu semelhante danos, de onde

se entende que a busca humana principal seja a felicidade (SOUZA, 2002). Marchionni (2008, p. 17) confirma esse pensamento, destacando que a ética é a arte do bom. O autor complementa dizendo que “o Bom, como a felicidade, é um contentamento físico-mental, oposto ao sofrimento causado na pessoa e na sociedade por eventos funestos e ações más”. A origem do mal causado pelo homem nos fornece apenas respostas morais, e a ética é portanto o “antídoto”, pois o ser humano busca, num longo exercício moral, a satisfação de ser plenamente humano.

Assim, podemos dizer que as outras dimensões da competência informacional – técnica, estética, política – encerram um princípio ético. O domínio da técnica, por exemplo, demanda escolhas e apresenta exigências de caráter social, as quais terão implicações éticas, enquanto a busca estética pela harmonia e pelo bem viver tem na ética seu fundamento apriorístico. Já a dimensão política está ligada à ética em seu caráter subjetivo. Para Aristóteles, o ser humano é, por natureza, um ser político (RIOS, 2006).

Dimensão política

Esta dimensão tem mostrado, nos mundos antigo e contemporâneo, importância significativa à competência informacional. O recente desenvolvimento das sociedades democráticas, aliado ao crescimento acelerado da oferta de produtos informacionais, tem levado os governos de diversos países a empreender esforços no sentido de incentivar programas voltados à competência informacional de seus cidadãos, visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania. Recentemente, em declaração firmada e divulgada pela Casa Branca dos Estados Unidos da América, o presidente Barack Obama (2009), proclamou:

Todos os dias somos inundados com grandes quantidades de informação. Um ciclo de notícias 24 horas e milhares de emissoras de televisão e de

rádio, juntamente com uma imensa variedade de recursos *online*, desafiam nossas percepções sobre a informação. Ao invés da simples posse de dados, devemos também aprender as habilidades necessárias para adquirir, utilizar e avaliar informações para qualquer situação. Esse novo tipo de alfabetização exige também a competência em tecnologias de comunicação, incluindo computadores e dispositivos móveis que podem ajudar na nossa tomada de decisões no dia a dia. (2009. Tradução nossa).

Uma cidadania ativa e responsável requer que as pessoas estejam aptas e motivadas para exercer seus direitos e deveres em relação à comunidade e ao Estado, participando assim da vida pública. A cidadania, como atividade que visa a um bem comum, articula-se diretamente com o conceito de política. Quando se fala em “homem político”, tem-se em mente o sentido da dimensão da competência em administrar o próprio trajeto histórico, mudando a natureza e as relações sociais. É inclusive, aquele indivíduo que tem consciência histórica: sabe dos problemas e busca soluções, não aceita ser objeto, quer comandar o próprio destino. Ator, não espectador. Criativo, não produto. Homem político é aquele politicamente competente, ou seja, que não se ilude sobre as suas limitações e exatamente por causa disso consegue enfrentá-las (DEMO, 1988, p. 17, 18). No âmbito da sociedade democrática, pode-se, portanto, definir a arte da política como “a arte de desmontar limites à liberdade dos cidadãos”; mas também como “a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos” (BAUMAN, 2000, p. 12).

No contexto da *pólis*, Aristóteles entendia a política como uma atividade cuja finalidade é

dirigir-se em vista do bem comum de todas as atividades humanas no interior da pólis [...] Pois o fim da vida política é consecução de uma vida feliz em acordo com a essência do homem. Com outras palavras, a autorrealização do homem enquanto ser racional e livre. Ademais, a política tem essa função porque somente na *pólis* o homem encontra o

caminho da realização de suas possibilidades. (apud RIOS, 2002, p. 106)

Segundo Correia (2002, p. 4), se a cidadania é caracterizada pela capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas e tomarem decisões baseadas em informações, e de serem ativos individualmente e como parte de processos coletivos, para exercer efetivamente seu papel de cidadãos e ser civicamente engajados por meio do exercício da responsabilidade moral, eles precisam adquirir habilidades participativas e ser competentes informacionais, ao menos em um nível básico.

Em estudo que procura relacionar os conceitos de esfera pública, discurso e competência informacional, Andersen (2006, p.215) observa que as definições e normas, como as elaboradas e amplamente divulgadas pela ALA (2000), consideram a competência informacional como uma habilidade neutra, para ser aprendida e dominada por todos os indivíduos indistintamente. Para o autor, todavia, a competência informacional não é uma habilidade neutra, mas uma capacidade altamente sociopolítica: “tornar-se ou ser uma pessoa competente em informação não significa seguir normas ou ser avaliado por alguém, mas ser capaz de agir discursivamente em uma sociedade configurada e mediada pelo discurso.” Andersen afirma ainda que esse significado inclui a capacidade de ver além da superfície do discurso, na medida em que este é crucial num mundo que é mais e mais mediado e modelado por muitos tipos de informação em defesa dos mais variados interesses que procuram afetar nossa vida cotidiana.

Dohert (2007, p. 2-3) adota ponto de vista semelhante ao afirmar que as normas para a competência informacional divulgadas em 2001 pela Association of College and Research Libraries (ACRL) tendem a apresentar uma noção reificada de informação. Segundo o autor, essa ideia se adequa ao paradigma que sugere que a informação é relativamente neutra em termos políticos. Ao sustentar que a competência informacional deve ser entendida como um processo eminentemente crítico, de implicações políticas,

Doherty (2007, p.6) se refere à habilidade que o indivíduo competente informacional adquire em identificar a natureza da informação, geralmente organizada de modo a favorecer determinados grupos, e superar as barreiras que ela impõe, de modo a ser capaz de interferir de maneira significativa na realidade, visando ao bem-estar da coletividade. Para ele, “dar voz àqueles que foram silenciados é talvez o papel mais importante que a competência informacional pode representar.”

Jacobs (2008) observa que, por operar dentro de um contexto sociopolítico, a competência informacional não poderia ser direcionada de outra forma que não politicamente. Assim, ao limitar o potencial da competência informacional a normas e diretrizes – reforçando e limitando-a à dimensão técnica – arriscar-se-ia minimizar, quando não negar, a natureza política que lhe é inerente. Portanto, a política é algo como uma “necessidade imperiosa para a vida humana” e igualmente o é para o indivíduo e para a sociedade (ARENDEI, 2009, p. 45). Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, baseia-se na pluralidade dos homens, trata da convivência entre diferentes, está centrada em torno da liberdade, num espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais.

Harris (2008) afirma que o processo de criação, localização, avaliação e uso da informação nos mais variados suportes e formatos não acontece no vácuo, longe dos contextos da comunidade, onde significados e valores estão em jogo. Porque a produção, a disseminação e o uso da informação estão intimamente ligados ao envolvimento de indivíduos em uma comunidade, esses processos assumem invariavelmente um caráter sociopolítico. Esse modo de entender a política como uma experiência que se reflete nas pessoas, harmonizando-a com o coletivo, faz da política uma ética, um referencial para o comportamento informacional individual em face do coletivo social e da multiplicidade da pólis (MAAR, 2006). Sendo ética, a atividade política tem uma função pedagógica, a de transformação dos homens em cidadãos.

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho consistiu em identificar e analisar quatro dimensões da competência informacional – técnica, estética, ética e política –, delineadas a partir do estudo de diversos pontos de vista relativos ao assunto e de um referencial teórico-conceitual de aporte filosófico e educacional, a fim de realizar uma teorização para os estudos sobre a competência informacional, de modo a consolidá-la como objeto de estudo no âmbito da ciência da informação. As características das dimensões estudadas estão resumidas no quadro 1, a seguir.

Conforme demonstramos em trabalho anterior (VITORINO; PIANTOLA, 2009), as investigações mais recentes sobre competência informacional enfatizam que ela apresenta um papel social preponderante na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de determinar o curso de suas vidas. Essa competência está diretamente vinculada ao contexto e à ação, e é por isso muito mais coletiva do que individual.

Se a informação comporta diversos níveis de complexidade, contendo as mais variadas implicações, conseqüentemente, a competência para lidar com esta demanda multifacetada é capaz de abarcar uma miríade de nuances, sejam de caráter objetivo, subjetivo, individual ou coletivo. Assim, técnica, estética, ética e política constituem as bases sobre as quais se assentam tanto a informação transmitida e recebida, quanto a competência necessária para processá-la e utilizá-la de modo a agir significativamente na construção da realidade.

A caminhada continua: o terceiro artigo desta série terá como foco a competência informacional relacionada a bibliotecas e ao profissional bibliotecário – fruto de extensa pesquisa de campo.

Artigo submetido em 16/07/2011 e aceito em 19/01/2012.

QUADRO 1

Resumo das características das dimensões da competência informacional

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
<p>Meio de ação no contexto da informação.</p> <p>Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos.</p> <p>Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.</p>	<p>Criatividade sensível.</p> <p>Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação.</p> <p>Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.</p>	<p>Uso responsável da informação.</p> <p>Visa à realização do bem comum.</p> <p>Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.</p>	<p>Exercício da cidadania.</p> <p>Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social.</p> <p>Capacidade de ver além da superfície do discurso.</p> <p>Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*. 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm>>. Acesso em: 9 fev. 2009.
- _____. *Information literacy competence standards for higher education*. 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/informationliteracycompetency.cfm>>. Acesso em: 30 mar. 2011.
- ANDERSEN, Jack. The public sphere and discursive activities: information literacy as sociopolitical skills. *Journal of documentation*, v. 62, n.2, p. 213-228, 2006. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/Insight/ViewContentServlet?contentType=Article&Filename=Published/EmeraldFullTextArticle/Articles/2780620203.html>>. Acesso em: 20 maio 2009.
- ARENDT, H. *O que é política?* 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAWDEN, David. Information and digital literacies: a review of concepts. *Journal of documentation*, v. 57, n. 2, p. 218-259, mar. 2001.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da competência em informação: um exercício de criatividade. In: PASSOS, Rosemay; SANTOS, Gildenir C. (org.). *Competência em Informação na Sociedade da Aprendizagem*. 2.ed. rev. Bauru: Kairós, 2005.
- CARDOSO, A. M. P. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.63-79, 1996.
- CARONE, I. A ética na prática da pesquisa científica. In: LASTÓRIA, L.A C.N.; COSTA, B. C. G. da; PUCCI, B. (Org.). *Teoria crítica, ética e educação*. Piracicaba: Ed. da UNIMEP/Autores Associados/FAPESP, 2001.
- COUNCIL OF AUSTRALIAN UNIVERSITY LIBRARIANS. *Information literacy standards*. Canberra: CAUL, 2001. Disponível em: <<http://www.caul.edu.au/>>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- CORREIA, A. M. R. Information literacy for an active and effective citizenship. White paper for Unesco, the U.S. National Commission on Libraries and Information Science, and the *National Forum on Information Literacy, for use at the Information Literacy Meeting of Experts*, Prague, The Czech Republic. 2002. Disponível em: <<http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/papers/correia-fullpaper.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- CROW, S.R. Information literacy: what's motivation got to do with it? *Knowledge quest*, v. 35, n. 4, mar/abr. 2007. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=4&hid=2&sid=4372930e-65c9-42ec-9b7a-3a199d4e0a8f%40sessionmgr7>>. Acesso em: 3 jun. 2010.
- DEMO, P. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Autores Associados, 1988. Disponível em: <<http://>>

- books.google.com.br/books?id=hP7tw1JkeK4C&printsec=frontcover&dq=DEMO+.+Pobreza+pol%C3%ADtica&source=bl&ots=hJV2_u18Ln&sig=9wC7aaQ9VBSnXQEOPZxnQixlGoA&hl=pt-BR&ei=ayOWTb_yNYuO0QGxo4n-Cw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCgQ6AEwAQ#v=onepage&q=DEMO%20.%20Pobreza%20pol%C3%ADtica&f=false>. Acesso em: 31 mar. 2011.
- DOHERTY, J.J. No shhing. Giving voice to the silenced: an essay in support of information literacy. *Library philosophy and practice*, p. 1-8, jun. 2007.
- EISENBERG, M. B. Information literacy: essencial skills for the information age. *Journal of library and information technology*, v. 28, n. 02, p. 39-47, mar. 2008.
- HARRIS, B.R. Communities as necessity in information literacy development: challenging the standards. *The journal of academic librarianship*, v. 34, n. 3, maio 2008. p. 248-255. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133308000402>>. Acesso em: 22 mai. 2009.
- HEGEL, G. W. F. *Estética: a idéia e o ideal; Estética: o belo artístico ou o ideal*. Tradução Orlando Vitorino. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).
- JACOBS, H.L.M. Information literacy and reflective pedagogical praxis. *The journal of academic librarianship*, v. 34, n. 3, abr. p. 256-262, 2008. Disponível em: <[http://web.ebscohost.com/ehost/results?vid=2&hid=109&sid=eaf3e572-a416-4eb69e5d61eba853617c%40sessionmgr2&bquery=\(JN+%22Journal+of+Academic+Librarianship%22+and+DT+20080501\)&bdata=jmRiPWxpacz0eXBIPTEmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl](http://web.ebscohost.com/ehost/results?vid=2&hid=109&sid=eaf3e572-a416-4eb69e5d61eba853617c%40sessionmgr2&bquery=(JN+%22Journal+of+Academic+Librarianship%22+and+DT+20080501)&bdata=jmRiPWxpacz0eXBIPTEmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl)>. Acesso em: 15 out. 2010.
- JOHNSTON, B.; WEBBER, S. As we may think: information literacy as a discipline for the information age. *Research strategies*, v. 20, n.3, p. 108-121, 2006. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleListURL&_method=list&_ArticleListI=890474669&_sort=d&view=c&_acct=C000037882&_version=1&_urlVersion=0&_userid=687353&md5=99a914f87c2d8b1b0d9f9bb70c5a14cd>. Acesso em: 22 out. 2010.
- LASTÓRIA, L. A. C. N.; COSTA, B. C. G. da; PUCCI, B. *Teoria crítica, ética e educação*. Piracicaba, SP: Editora Unimep; Campinas: Autores Associados, 2001.
- LESGARDS, R. Prefácio. In: SCHEPS, R. (org). *O império das técnicas*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MAAR, W. L. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MARCHIONNI, A. *Ética: a arte do bom*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NORGAARD, R. Writing information literacy. *Reference & user services quarterly*, v. 43, n. 2, 2003.
- OBAMA, B. *National Information Literacy Awareness Month, 2009*. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the_press_office/presidential-proclamation-national-information-literacy-awareness-month/>. Acesso em: 23 abr. 2010
- OSTROWER, F. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PORTILLO, G. De la política a la estética. *Investigación y Postgrado*, v. 22, n.1, p.165-186, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131600872007000100007&lng=pt&nrm=iso&tng=es>. Acesso em: 22 out. 2010.
- RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Ética e competência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- SINGH, J. Sense-making: information literacy for lifelong learning and information management. *Journal of library and information technology*, v. 28, n. 2, p. 13-17, mar. 2008. Disponível em: <<http://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/285/115>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. *Ética e Deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 2002.
- TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS. *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2010. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$transformacoes-sociais](http://www.infopedia.pt/$transformacoes-sociais)>. Acesso em: 08 out. 2010.
- VITORINO, E.V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009.
- _____. Competência informacional: o discurso dos profissionais da informação dirigentes de bibliotecas vinculadas a Instituições de Educação Superior (IES) – saberes em transformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XI ENANCIB 2010), 11, Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010. 1 CD-ROM.
- WARD, D. Revisioning information literacy for lifelong meaning. *The journal of academic librarianship*, v. 32, n. 4, p. 396-402, jul. 2006. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W50-4K66F25-4&_user=687353&_coverDate=07%2F31%2F2006&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000037882&_version=1&_urlVersion=0&_userid=687353&md5=9f38e96fa442024a88d1ba6789d1e910>. Acesso em: 22 out. 2010